

PERCEPÇÃO DE MUTUÁRIOS DO AGROAMIGO NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA- BA

The Agroamigo Borrowers Perception in Amargosa-Ba (Brazil) Municipality

Amílcar Baiardi

DSc em Economia, Universidade Católica do Salvador, UCSAL e Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador-BA. E-mail: amil-carbaiardi@uol.com.br

Cristina Maria Macedo de Alencar

DSc em Economia, Universidade Católica do Salvador, UCSAL, Salvador. E-mail: cristinamm@ucsal.br

Vanuza Silva Souza

MSc em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, UCSAL, Salvador. E-mail: vanuzac-tep@yahoo.com.br

Marcus Fabrício Gonçalves Oliveira

MSc em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Cáritas Brasileira, Salvador.
E-mail: fabricio@caritas.org.br

Resumo: O artigo tenta mostrar como beneficiários do crédito agrícola Agroamigo, uma modalidade de política pública socialmente inclusiva, percebem o papel desse financiamento na sua reprodução social e na sua fixação ao território. A área de estudo é o município de Amargosa, Bahia, onde são encontradas amostras dos dois principais biomas do Nordeste: floresta atlântica e caatinga. A metodologia de abordagem foi dedutiva com conexão descendente e baseada em estudos sobre a percepção de políticas públicas por parte de membros de comunidades rurais, com semelhantes condições econômicas e sociais. A metodologia de procedimento, além da utilização de fontes secundárias, contemplou uma entrevista com o operador do Agroamigo e uma pesquisa empírica sobre a percepção dos beneficiários do crédito. Os resultados obtidos sugerem ser possível que o *habitus* do agricultor e suas representações coletivas possam explicar as convergentes visões dos produtores rurais e que o Agroamigo deva ser ampliado para melhor atender a demanda por crédito agrícola.

Palavras-chave: Crédito Agrícola; Nordeste Rural; Agricultura Familiar; Microfinança.

Abstract: The article attempts to demonstrate how Agroamigo agricultural credit borrowers - a credit line created by public policies to promote social inclusion - realize the role of this funding in their social reproduction and their attachment to territory. The chosen area to the research is the Amargosa rural municipality (Bahia, Brazil), where samples of two main northeast biomass, rain forest and caatinga (semiarid vegetation), are founded. The methodological approach was deductive with downward connection based on studies concerning public policies perceptions from members of rural communities with similar economic and social conditions. The empirical procedures, besides the use of secondary data, included an interview with the "Agroamigo" credit dealer and an empirical research on the borrower's perception. The results suggested that the farmer's *habitus* and their collective representation could explain farmer's convergent views and that the Agroamigo must be expanded, in order to better serve the agricultural credit demand.

Key words: Agricultural Credit; Northeast Country; Family Farmer; Microfinance.

1 Introdução

Pesquisas visando avaliar políticas públicas voltadas para atender agricultores familiares, assentados e assalariados do meio rural, sugerem existir convergências de percepções por parte dos beneficiários. Isto se dá mesmo quando nesse grupo populacional existe heterogeneidade no que toca às atividades produtivas, tais como monocultura, policultura, pluriatividade etc. Destarte, é sensato supor que grupos populacionais, habitando nas mesmas comunidades e sendo beneficiados pelas mesmas políticas públicas, tendam a reagir convergentemente no que se refere à avaliação dos benefícios concedidos. Mesmo com localização de seus estabelecimentos produtivos em domínios climáticos diferentes - o que implica ter distintos riscos de perdas de colheitas e eventualmente ter diversas alternativas de explorar potencialidades naturais e flexibilizar o padrão de aproveitamento do solo - os agricultores familiares frequentemente constroem uma identidade de avaliação dos resultados decorrentes das intervenções do Estado na forma de políticas públicas.

Este fato social ocorrido em pesquisas realizadas se repete no caso do financiamento recebido por meio do Agroamigo no município de Amargosa, Bahia. Nesta avaliação, os produtores rurais independentes, todos eles inseridos na categoria agricultura familiar, levam em conta o quanto o financiamento com as características do Agroamigo contribuiu para manter e / ou melhorar as condições de vida e permitir a continuidade da organização social na qual se inserem. Mesmo que como cidadãos e como agentes produtivos não demonstrem elevada propensão à uma coesão social orgânica, compartilham valores e cultura, ou seja, elaboram uma representação social coletiva. Admite-se que isto ocorra porque a avaliação que fazem das políticas públicas, expressa certo padrão social representativo do *habitus* desse grupo populacional, entendido como construção social que define o modo de ver e de pensar, mesmo que submetidos a condicionantes diversas que, em essência, não modificam sua práxis.

O território escolhido para a pesquisa de mutuários do crédito rural Agroamigo foi o município de Amargosa no qual se constata a presença dominante dos biomas mata atlântica e caatinga, visto que o agreste, um tipo de floresta caducifólia não espinhosa, um aglomerado florístico de transição

entre a mata e a caatinga, não tem expressão nesse território.

Não se pretendeu realizar estudo mais detalhado que envolvesse a história, a dinâmica demográfica e a dinâmica territorial dessa população na qual se distribuem os mutuários do Agroamigo, porque isto requereria mais tempo e maiores recursos. Contudo, o grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza, DSN, da Universidade Católica do Salvador, UCSAL, ao qual estão vinculados os autores desta investigação, oportunamente agendará este tema para futuras pesquisas.

O artigo visa meramente avaliar como os mutuários da modalidade do crédito agrícola Agroamigo, presentes em diferentes ambientes físicos, percebem a importância e o potencial do financiamento para promover a sua reprodução social e a sua fixação no território. A presença dessa diversidade física sugeriria que grupos populacionais nela inseridos, em que pese grande número de características comuns no que tange à história e à cultura, pudessem ter percepções não convergentes em relação ao crédito agrícola Agroamigo, o que não ocorreu.

O recorte temático deste trabalho indica uma opção clara para avaliar o Agroamigo por meio de uma pesquisa empírica envolvendo mutuários residentes em comunidades rurais do município de Amargosa, distribuídos em diferentes meios físicos, nos dois principais biomas do Nordeste. Não contemplou abordagens agregadas ou macro sobre a utilização do Agroamigo em estados ou na região Nordeste. Consistiu de um foco pontual em um território que pode ser considerado *proxy* de outros tantos espalhados pela Região. Isto porque contém diversidade ecossistêmica, o que implica maiores ou menores dificuldades e riscos de conduzir processos produtivos como produção vegetal e produção animal, fortemente dependentes das condições naturais.

2 Crédito Agrícola, sua história, sua criação no Brasil e sua evolução recente

O crédito agrícola tem sua gênese associada a dificuldades de pagamento de dívidas por parte dos pequenos agricultores que contraíam empréstimos junto a fornecedores, compradores dos produtos agrícolas, agências bancárias etc. Uma versão para

o surgimento desta modalidade de financiamento é que antes de se tornar uma política de governo, o crédito agrícola emerge como uma iniciativa de cooperação entre os produtores rurais, como foram as *rural credit unions*, criadas na segunda metade do século XIX, no bojo do nascente movimento cooperativista, cujo marco é a experiência de Rochdalle, de 21 de dezembro de 1844. Embora seja considerada pioneira no nascimento do movimento cooperativista, a experiência de Rochdalle foi precedida de outras como as organizações solidárias inspiradas pelos chamados socialistas utópicos como, Robert Owen e Charles Fourier em seus projetos de falanstérios, organização considerada emblemática em termos de solidariedade (PINHO, 1996; SINGER, 2002; OLIVEIRA, 2014, p.31-41).

Outra versão sobre o nascimento do crédito agrícola é dada pelo Patrimônio Histórico de Portugal (2015), que registra as raízes do crédito agrícola nas chamadas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, com origem nas Santas Casas da Misericórdia, fundadas em 1498 sob a égide da Rainha D. Leonor, esposa de D. João II de Portugal. O Patrimônio Histórico de Portugal (2015) informa também a respeito de outra iniciativa na Península Ibérica, a exemplo dos Celeiros Comuns, criados em 1576 por D. Sebastião. Segundo documentos do Patrimônio Histórico de Portugal (2015) a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foi a primeira a fazer empréstimos regulares aos agricultores, em 1778, diferenciando-se de experiências anteriores, esporádicas e sem continuidade.

Tanto na Europa como nos Estados Unidos, o crédito agrícola via cooperativas, via bancos privados e via bancos públicos, começa a se expandir por volta de 1850 – 1860. Entretanto, a definição de regras mais favoráveis aos agricultores, inclusive com adoção do princípio do subsídio, só ocorrem no início do século XX, tendo como causas o endividamento elevado e o reconhecimento da importância da agricultura para a estabilidade econômica. Na Ásia, particularmente na Índia, onde o crédito via cooperativas tem grande expressão, sua estrutura vem prestando serviços desde 1904 (MAZOYER; ROUDART, 2010; DANBOM, 2006; POPE, 1914).

No caso brasileiro, a partir do final do período monárquico, em decorrência das dificuldades enfrentadas pela agricultura exportadora, o governo passou a ter um maior envolvimento na resolução de problemas enfrentados pelo setor

agropecuário e o crédito rural público tornou-se uma política pública desse período. Entretanto, só adquiriu formalidade em 1888 quando da reforma monetária dos Viscondes de Ouro Preto e de Cruzeiro. Nessa reforma, foi estabelecido um acordo do Banco do Brasil com o Tesouro Nacional, visando favorecer ex-proprietários de escravos na forma de crédito. Nesse acordo, cabia ao Banco do Brasil a distribuição seletiva do crédito fornecido e ao Tesouro Nacional o provimento financeiro (PIÑERO et al 2007; GUIMARÃES, 2013).

Com o advento da República e após a abolição do trabalho escravo, um maior envolvimento governamental ocorreu no campo do crédito. Em 1890 foi aprovada a legislação que reorganizou o sistema bancário e monetário, a qual avançou em uma série de aspectos, dentre os quais o do crédito rural hipotecário. Contudo, depois do Encilhamento¹, em 1898, ocorreu uma contrarreforma econômico-financeira, cuja principal finalidade era situar o País no sistema do padrão-ouro liderado pela Inglaterra. Esta contrarreforma impactou negativamente na política nacional de crédito rural e até 1905, ano da reorganização do Banco da República do Brasil, sobreviveram apenas os financiamentos que ocorriam ao nível provincial e de interesse das elites agrárias e governamentais de algumas províncias mais desenvolvidas. (BESKOW, 2007, p. 127-129; GUIMARÃES, 2013).

Em seu relato, Beskow (2007, p. 127-129) informa que o fortalecimento do Banco do Brasil só se deu efetivamente a partir de 1920 com a criação da Carteira de Redescontos, CARED, a qual ampliou bastante a participação dos bancos privados nacionais no total dos empréstimos e dos títulos descontados. Para esse autor a crise de 1929/30 acarretou significativas transformações na estrutura produtiva da agricultura do País, entre elas a intensa substituição do café por outros produtos, tanto por alimentos como por matérias-primas agroindustriais. Estas mudanças levaram a que no primeiro ano do Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, fosse reforçado o papel do Banco do Brasil no sistema monetário financeiro do País, particularmente com o restabelecimento de sua Carteira de Re-

¹ Primeira grande crise econômica da República Velha, decorrente de má gestão de financiamento público destinado à industrialização.

descontos em dezembro de 1930. Prosseguindo na política de reforço institucional do Banco do Brasil, segundo Beskow (2007), foi criada em 1932 a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB), a qual se tornou emprestadora de última instância do sistema financeiro, ampliando os níveis de redesconto dos títulos destinados ao financiamento da indústria, da agricultura e da pecuária. Por outro lado, a principal medida governamental no bojo do apoio à produção agropecuária foi o chamado “Reajustamento Econômico” (1933 e 1934), que reduziu em 50% as dívidas dos agricultores, basicamente cafeicultores.

Na linha da evolução do crédito agrícola no Brasil, o que de mais significativo ocorreu foi a fundação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil, em 1937. Para Beskow (2007, p.130-133), a CREAI pode ser considerada como a primeira agência nacional da política agrícola. A viabilidade do funcionamento da CREAI foi garantida pela aprovação de uma extensa legislação entre 1937 e 1942 a qual, praticamente, estabeleceu para o Banco do Brasil o monopólio do crédito rural no País.

Após a criação da CREAI, um novo impulso à política de crédito agrícola ocorreu em 1964 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, por meio da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. A esta Lei seguiu-se a lei 4.829 de 1965, criada com o objetivo de impulsionar o crédito agrícola, estabelecendo que 10% dos depósitos à vista dos bancos comerciais poderiam ser alocados aos empréstimos para a atividade agropecuária. A resolução 260 do mesmo ano, alterou esse valor para 15% e garantiu que as taxas de juros cobradas nos empréstimos rurais seriam limitadas a 75% da taxas cobradas nos empréstimos comerciais. O resultado dessa nova política de crédito foi o aumento dos recursos para financiar o crédito rural, bem como o maior interesse das instituições financeiras em conceder os empréstimos.

A partir de então, houve uma sucessão de atos que redefiniram e ampliaram o marco legal e regulatório do crédito agrícola: a) em 1965, a institucionalização do Crédito Rural, através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965; b) em 1966, a edição do Decreto nº 58.380, que aprovou o Regulamento do Crédito Rural; c) em 1967, a Resolução do Conselho Monetário Nacional tornando obrigatório o direcionamento de

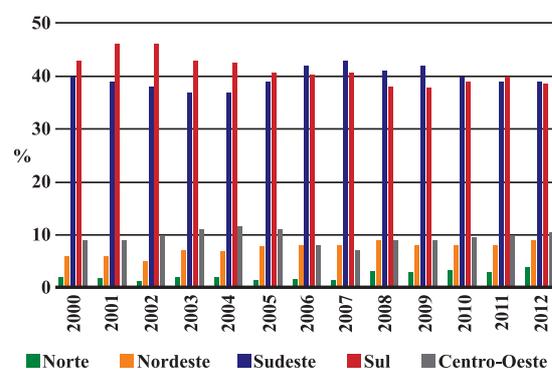
10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola; d) também em 1967, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os títulos de crédito rural, definindo a cédula rural pignoratícia (garantida através de penhor), a cédula rural hipotecária (garantida através de hipoteca), a cédula rural pignoratícia e hipotecária (garantida através de penhor e hipoteca) e a nota de crédito rural (sem garantia real); e) em 1973 ocorreu a institucionalização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), por meio da Lei nº 5.969, de 11 de maio de 1973; f) em 1986, a criação da Poupança Rural; g) em 1991, o aumento da participação do BNDES no crédito rural por meio do Finame Rural e do Programa de Operações Conjuntas e do Programa de Operações Diretas; h) em 1995, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); i) em 1996, a criação do Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, que permitiu o reescalonamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária; j) em 1998, a criação do Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias e k) diante da incapacidade do Estado brasileiro de arcar com a totalidade do crédito agrícola, a partir de 2000, inúmeros mecanismos de financiamento da agricultura foram concebidos, permitindo que houvesse mais recursos públicos alocados nas modalidades de crédito voltadas para a carente agricultura familiar. Com envolvimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, foram criadas inúmeras linhas de crédito, beneficiando praticamente todas as principais atividades da agropecuária e permitindo acesso à tecnologia avançada. Com a entrada do BNDES, as cooperativas de crédito passaram a atuar como agentes de primeiro piso no sistema financeiro.

Neste contexto e visando ampliar o espectro do crédito agrícola concedido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foi criado em 2005, o Agromigo, programa de microfinanças rurais operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Na última década, o Agromigo tornou-se o maior programa de microfinanças rurais da América do Sul com objetivo de melhorar as condições econômicas e sociais do agricultor

familiar na área de sua atuação.

Não obstante a maior destinação dos recursos públicos para as modalidades de crédito voltadas para a agricultura familiar, o que se dá diante de uma maior disponibilidade relativa desses recursos face à expansão do financiamento privado, dirigido preponderantemente para a agricultura empresarial², o Nordeste, que em tese deveria ser favorecido por ter a maior concentração de estabelecimentos com estas características na Região, não o foi. Historicamente a distribuição do crédito agrícola por grande região no Brasil não se alterou, conforme indica a Figura 1.

Figura 1- Evolução da distribuição do crédito agrícola nas regiões brasileiras para o período de 2000-2012



Fonte: Banco Central do Brasil (2012).

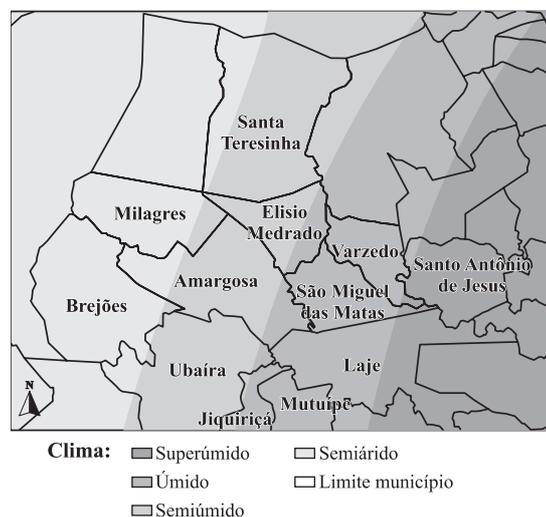
3 Município de Amargosa

O Município de Amargosa, Bahia, foi selecionado porque tem sido palco da atuação regular do Agroamigo e porque contém elementos fitogeográficos dos biomas mata atlântica e caatinga, ajudando a entender estratégias de convivência com o semiárido. Na parte leste (limite com municípios de Elísio Medrado, São Miguel das Matas, Laje e Ubaíra), a formação é de mata atlântica ombrófila. No sentido oeste, à altura do meridiano 39°, 40'S tem início a área com baixo índice pluviométrico, a caatinga (limite com o município de Milagres e Brejões), como informa a Figura 2.

O clima em Amargosa, tem grande variação e, de acordo com a classificação de Thornthwai-

te, abrange domínios que vão do superúmido ao semiárido, transitando pelo úmido e semiúmido, com a temperatura média anual variando de 19,8 a 25,1°C. A pluviometria no município de Amargosa indica regularidade de precipitações. Nos últimos 60 anos sofreu pequenas variações, sendo que o mês de menor média de chuva em todo o município foi setembro de 2011, com 70,7mm e o mês de maior média de chuva na mesma área foi dezembro de 2011 com 131,1mm. Curiosamente, estas marcas aconteceram no mesmo ano. Os índices pluviométricos definem as distribuições espacial e sazonal das atividades agropecuárias.

Figura 2 – Domínio climático Amargosa e municípios vizinhos



Fonte: Lins (2008).

Amargosa teve sua organização territorial estruturada com base nas lavouras do café e do fumo. Até meados do século XX, o Município gozou de grande importância econômica, política e cultural, desempenhando um papel de integração entre a zona da mata e o sertão baiano, em decorrência da sua posição geográfica, da presença de agentes econômicos com perfil empreendedor e da disponibilidade de transporte ferroviário (Estrada de Ferro Nazaré-EFN), que conectava o litoral com o *hinterland* (LINS, 2008).

Levantamento realizado mostra as atividades de mandiocultura, cana de açúcar, bananicultura, citricultura, passicultura (maracujá) e cacauicultura com importância econômica no Município (Tabela 1).

2 Segundo Novaes (2011), em 2010 o financiamento com recursos não públicos à agricultura já respondia por 38,8% do total do crédito concedido ao setor.

Tabela 1 - Produção das principais lavouras no município de Amargosa /BA 2012

Produto / Unidade	Quantidade
Banana em cacho (t)	9.800
Coco-da-baía (mil frutos)	60
Laranja (t)	580
Maracujá (t)	600
Castanha de caju (t)	12
Cacau (em amêndoa) (t)	265
Cafê (em grão) Total (t)	56
Abacaxi (mil frutos)	100
Amendoim (em casca) (t)	16
Feijão (em grão) (t)	37
Mandioca (t)	23.800
Milho (em grão) (t)	20
Tomate (t)	60
Batata-doce (t)	42
Cana – de - açúcar (t)	8.360

Fonte: IBGE, Séries Históricas e Estatísticas (2015).

Ao oeste do Município, onde ocorre a formação caatinga, predomina o cultivo de lavouras mais resistentes aos *déficits* hídricos como batata-doce, amendoim, mandioca, caju e milho. Ao leste, ocorre uma concentração de estabelecimentos rurais com maior área cultivada, voltados para lavouras de ciclo longo, como cacau e café, e para lavouras de ciclos médios e curtos como banana, cana, mandioca, milho e amendoim. Nesta porção do território, a cobertura vegetal predominante é a formação de florestas secundárias próprias de clima úmido. Ao centro, no regime definido como semiúmido, praticamente se repete o aproveitamento da terra com as mesmas lavouras de ciclos longo e curto, presentes na parte leste do Município.

Já com relação à produção animal, atividade responsável por renda superior comparativamente à produção vegetal, destacam-se a pecuária extensiva de corte, conduzida predominantemente pelos médios e grandes criadores, e a pecuária intensiva de leite, inserida na região na década de 1970, como alternativa à pecuária extensiva. A pecuária extensiva, inclusive praticada por estabelecimentos familiares, está presente em todos os domínios climáticos, com mais destaque para o semiúmido e semiárido. Levantamento realizado mostra que Amargosa contava com um efetivo animal total de 51.408 cabeças no ano de 2012. O maior componente é o de bovinos, não obstante uma observada redução a partir do ano de 2006, cuja explicação é

a substituição de pastagens por lavouras nas áreas semiúmidas e a perda de cabeças em decorrência de secas prolongadas no semiárido. No efetivo de galinhas, houve uma pequena queda a partir do ano de 2004, mantendo-se um equilíbrio na produção nos anos seguintes. O efetivo de aves para o abate em pequenos abatedouros, se mantém aproximadamente equilibrado na série analisada (Tabela 2).

Diante da diversidade climática de Amargosa, presença de vários ecossistemas, as atividades de produção vegetal e animal por parte dos agricultores, muitos deles pluriativos, ocorrem predominantemente de forma combinada, o que não significa, necessariamente, sistemas agroflorestais ou agrossilvopastoris (SOUZA, 2014).

O município de Amargosa está inserido na Região Econômica³ do Recôncavo Sul e na Microrregião Homogênea de Jequié, composta por 26 municípios, as quais pertencem à Mesorregião do Centro-Sul da Bahia. Amargosa possui uma área total de 436 km² sendo constituída administrativamente por quatro distritos: Sede, Corta Mão, Itachama e Diógenes Sampaio. Sua composição territorial inclui ainda quatro povoados (Acaju, Baixa de Areia, Cavaco e Barreiro) e grande número de localidades, distribuídas em 29 setores rurais, abrangendo 109 comunidades, de acordo com dados do IBGE (2015).

Amargosa dista 240 km de Salvador, via BR-101, em conexão com a BA-026, que liga a sede ao município a Santo Antônio de Jesus. Tem também como opção de acesso a BR-116, com um percurso mais extenso em relação a Salvador, via a Rodovia Estadual BA-540 (acesso aos municípios de Milagres e Mutuípe). Conta ainda, em termos de rede viária, com a ligação a Brejões, também pela Rodovia Estadual BA 026. O Município dispõe de aeródromo, cuja distância aérea até o Aeroporto de Salvador é de 117km (SOUZA, 2014).

A população total de Amargosa estimada pelo IBGE (2015) para 2010 era de 34.351. Até a década de 1980 a população rural do município de Amargosa superava numericamente a população urbana. A inversão ocorre na década de 1990 e, em 2010, a taxa de urbanização alcança cerca de 80 %.

3 Região Econômica do Recôncavo Sul era uma unidade de planejamento do estado da Bahia, vigente de 1967 a 2007, quando passou a ser denominada Território de Identidade Vale do Jequiricá, com 22 municípios. Na regionalização para atuação do BNB, Amargosa integra a unidade de Santo Antônio de Jesus.

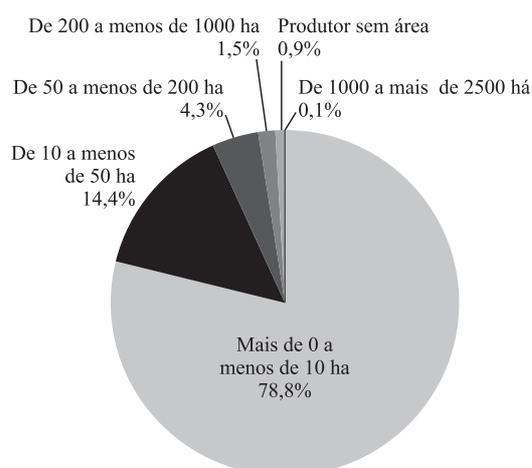
Tabela 2 – Efetivo animal – Amargosa/Ba – 2000-2012

Tipo de Efetivo	Anos							
	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2011	2012
Bovino	38.070	39.084	41.640	27.072	23.750	28.338	24.993	25.652
Equino	1.010	1.062	1.160	1.242	1.290	1.367	1.406	1.448
Asinino	730	700	630	600	520	540	529	518
Muar	1.075	1.105	1.130	1.210	1.980	1.925	1.963	2.002
Suíno	2.433	2.505	2.595	3.868	3.610	3.898	3.223	3.302
Caprino	690	750	850	900	985	1.090	1.057	1.093
Ovino	-	-	-	162	190	215	227	237
Aves de abate	5.680	5.443	5.800	5.450	5.180	5.128	4.960	4.910
Galinhas de quintal	17.870	17.437	15.910	15.185	13.970	12.820	12.100	12.246

Fonte: IBGE, Séries Históricas e Estatísticas (2015).

Atualmente, a maioria da população ativa de Amargosa, mesmo residindo nas localidades urbanas, está inserida no setor primário, ocupando-se em lavouras de subsistência nas quais a mandioca é a mais importante. A manicultura coexiste com as plantações de banana, milho, feijão, fumo e amendoim, mais voltadas para o comércio, sendo o sustentáculo característico da pequena produção familiar. O cacau, o café e a cana-de-açúcar são as alternativas dos pequenos e médios produtores localizados em ecossistemas mais úmidos (SOUZA, 2014). Quanto à estrutura agrária, entre os estabelecimentos rurais, há um predomínio de minifúndios, como demonstra a Figura 3.

Figura 3 - Gráfico de área por estabelecimentos agropecuários



Fonte: IBGE, Séries Históricas e Estatísticas (2015).

4 Fundamentação teórica e metodologia

Pesquisas visando avaliar políticas públicas em comunidades rurais costumam mostrar convergências na percepção dos benefícios recebidos por parte de seus membros. Mesmo que no grupo populacional existam produtores independentes, e que se vejam como competidores, isto acontece. Diferentemente do esperado pela teoria econômica, que prevê condutas de agricultores familiares a partir da lógica do mercado, observam-se comportamentos não guiados por interesses individuais em comunidades. Esses comportamentos, segundo Chayanov (1974), podem ser explicados pela natureza da agricultura familiar que visa, em primeira instância, a reprodução social e não a acumulação. De acordo com Durkheim (1967), isto ocorreria como decorrência de condicionamentos sociais, uma vez que a vizinhança promove uma coesão social, não necessariamente orgânica, um compartilhamento de valores, uma identidade e cultura autóctones, ou seja, uma representação coletiva.

Nos exemplos de convergência no avaliar políticas públicas voltadas para as suas necessidades como produtores independentes ou como assalariados, os agricultores independentes, majoritariamente inseridos na categoria agricultura familiar, levam em conta o quanto o benefício do financiamento contribuiu para manter e/ou melhorar as condições de vida, para garantir continuidade dos mesmos como

agentes produtivos e para manutenção das suas famílias nas localidades em que vivem. Ao avaliar os benefícios do crédito agrícola, os produtores rurais não separam a sobrevivência econômica individual da manutenção do estilo de vida comunal no território. Tendem a reagir convergentemente no que se refere à avaliação dos impactos dessas políticas, não separando os eventuais benefícios individuais econômicos dos coletivos e sociais. Eles não se fixam nas condições particulares e olham o entorno.

Este encontro de olhares focando a condição de produtor e a condição de membro de uma comunidade, evitando separar a subjetividade econômica da subjetividade sociológica foi, segundo Bourdieu (2000, p. 258-261), preocupação de vários pensadores como Pareto, Schumpeter e Max Weber, que defendiam um maior diálogo entre as ciências sociais e maior atenção à antropologia econômica. Para Bourdieu (2000, p. 258-261), este diálogo permitiria superar uma *scholastic fallacy*, cuja maior demonstração é a reiterada construção teórica do *homo aecomomicus*, quando se negligencia e se abstrai as estruturas sociais, ou, de outro modo, quando não se leva em conta que

[...] los agentes económicos, o, más exactamente sus disposiciones, son construcciones sociales indisociables del conjunto de las construcciones sociales que son constitutivas de un orden social (BOURDIEU, 2000, p. 259).

Visando encontrar uma resposta epistemológica para essa confluência entre as subjetividades econômica e sociológica, Bourdieu (2000) recorre ao conceito de *habitus*,

[...] El agente social, en tanto que está dotado de un habitus, es un individual colectivo o un colectivo individuado por obra de la incorporación de las estructuras objetivas” (BOURDIEU, 2000 p. 260).

O conceito de *habitus* demonstra ser adequado para entender as convergências no que se refere aos valores, identidades, grupos de crenças, senso de pertencimento e papel social. Em relação à agricultura familiar, o *habitus* se expressa como identidade social construída por relações de coexistência, segundo Moreira (2009).

Aplicações recentes do conceito de *habitus* à realidade rural brasileira são encontradas em Chalita (2008), em pesquisa sobre citricultores em São Paulo, em Baiardi (2009), em pesquisa sobre cacauicultores, em Piccin e Moreira (2013), em estudo de assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul e em Baiardi e Lima (2013), em pesquisa sobre a especialização produtiva como estratégia de sobrevivência no semiárido nordestino.

A metodologia utilizada contemplou uma abordagem dedutiva com conexão descendente, tendo como base estudos sobre a percepção de políticas públicas por parte de membros de comunidades rurais. Esses estudos levaram em conta condicionamentos objetivos e subjetivos e exploraram como os valores interferem em condutas econômicas e sociais. Os métodos de procedimento envolveram levantamentos bibliográficos e de dados estatísticos, uma entrevista direcionada ao operador do crédito e uma pesquisa empírica, mediante questionário aplicado aos beneficiários do crédito Agroamigo, em Amargosa. Utilizou-se a amostragem não probabilística por saturação, aquela na qual se considera que o “n”, número da amostra, é representativo do “N”, população, em decorrência da coincidência das respostas a partir de certo volume de questionários aplicados. Quando as respostas começarem a indicar acentuada convergência, é possível admitir presença de representatividade. No caso específico, foram entrevistados 65 agricultores mutuários, distribuídos nos biomas mata atlântica e caatinga, de um total de 607 agricultores beneficiados com o Agroamigo em Amargosa, uma amostra não probabilística maior que 10% da população. Os questionários, com 13 indagações, nem todas tabuladas por não necessitarem deste recurso, foram aplicados nos estabelecimentos rurais, na feira livre de Amargosa e na representação do BNB no Município.

5 Resultados da pesquisa empírica

5.1 Entrevista com o agente financeiro da unidade de Santo Antônio de Jesus

Foi informado que o Agroamigo, Programa de Microfinanças Rural do Banco do Nordeste, foi

criado em 2005. Nesse mesmo ano, segundo a narrativa, foi implantada a coordenação por unidades para atender a um conjunto de municípios. A unidade de Santo Antônio de Jesus, município sede, atende 17 municípios geograficamente próximos. O Programa Agroamigo contempla, basicamente, os beneficiários do PRONAF grupo B e PRONAF grupo V variável, o que torna exigência principal para se ter acesso ao crédito, a regularização da documentação de identificação, Declaração de Aptidão ao PRONAF(DAP).

O primeiro grupo, PRONAF B, está dirigido para agricultores com renda bruta familiar anual de até R\$ 20.000,00, (vinte mil reais), com financiamentos limitados a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Os beneficiários do PRONAF grupo V integram uma faixa com renda bruta familiar anual de R\$ 20.000,00, (vinte mil reais), até R\$ 360.000,00, (trezentos e sessenta mil reais), com financiamentos concedidos até o limite de R\$ 15.000,00 por projeto.

O valor inicial de recursos aportados quando da implantação do Programa para a Unidade de Santo Antônio de Jesus foi R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais/ano). Atualmente esse recurso chega a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais/ano), como crédito ativo. O Programa teve um crescimento compatível com a demanda de crédito por parte dos agricultores. A maioria dos financiamentos foi na categoria de investimento (aquisição de animais, matrizes inclusive, mudas e máquinas agrícolas) concedidos com a inclusão de verbas típicas de custeio, na ordem de 35% do total financiado, havendo também crédito de custeio isolado. O PRONAF B (também denominado Agroamigo Crescer), além de oferecer a possibilidade de concessão de bônus de adimplência em áreas do semiárido, estimado atualmente em 40% do valor do principal, juros baixos e menos burocracia, atende o agricultor na própria comunidade. No grupo PRONAF V (também denominado Agroamigo Mais), atualmente não há bônus, mas os juros são baixos, de até 2% ao ano. No caso do PRONAF V, a depender da magnitude do crédito, podem ser exigidas garantias pessoais ou reais.

O Agroamigo Crescer apresenta um valor médio dos contratos do Programa de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) enquanto o Agroamigo Mais apresenta valor médio de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na Agência de

Santo Antônio de Jesus. Nessa Unidade, desde sua implantação foram beneficiados 5.246 agricultores, sendo 607, cerca de 11%, residentes em Amargosa, um dos municípios mais bem aquinhoados. Em Amargosa, os agricultores que acessaram o microcrédito estão distribuídos em 33 localidades rurais, como indicam a Tabela 3 e a Figura 4.

Observando-se a distribuição por localidade rural do município de Amargosa, constata-se uma acentuada variação da quantidade de acessos, mínimo de 2 e máximo de 100, estando os mesmos mais concentrados nas localidades situadas no bioma Mata Atlântica, 100 acessos no caso de Cambaúba. No bioma caatinga, semiárido, houve o máximo de 30 acessos, alcançado na localidade de São Roque.

O agente financeiro do município de Amargosa tem entre suas funções a promoção de reuniões informando sobre o Programa, as ofertas, as penalidades, além de fazer visitas aos estabelecimentos, selecionando uma amostra de 30% dos agricultores que acessaram o Programa. As visitas podem se dar antes, durante e depois da aplicação dos recursos. O BNB estabelece metas de acessos por ano, sendo desejável que os mesmos se distribuam por toda a área de atuação, o que reduz o risco de inadimplência por razões climáticas. O menor risco de perdas de colheitas está explicando a concentração de mutuários no bioma Mata Atlântica. Segundo o informante, a média de inadimplência na unidade de Santo Antônio de Jesus é 2,5 a 3,0% e no município de Amargosa situa-se em 1,5%.

O BNB conta com parcerias para apoio e assessoramento técnico. No caso da unidade de Santo Antônio de Jesus, os principais parceiros são: Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira da Bahia (CEPLAC), sindicatos de trabalhadores rurais e secretarias municipais de agricultura. O Agroamigo é considerado, desde seu início, um dos microcréditos mais bem conceituados pelos agricultores familiares. Durante a entrevista foi também informado que esta avaliação é consistente, dado que grande maioria dos mutuários renovaram seus financiamentos. Nessa unidade, conforme analisado na carteira de crédito, há uma média de quatro renovações por agricultor familiar, desde o ano de criação do Programa.

Tabela 3 - Localidades onde estão agricultores familiares contemplados com o Programa Agroamigo em Amargosa

Localidades	Biomás	Número de Agricultores/ as Contemplados	Participação das Comuni- dades no Acesso Total (%)
Boa Vista	Mata Atlântica	30	4,9%
Cambaúba	Mata Atlântica	100	16,5%
Sete Voltas	Mata Atlântica	50	8,2%
Alto Seco	Mata Atlântica	80	13,2%
Terra Caída	Mata Atlântica	20	3,3%
Feto	Mata Atlântica	10	1,6%
Corta Mão	Mata Atlântica	40	6,6%
Barra de Acajú	Mata Atlântica	20	3,3%
Itachama	Mata Atlântica	20	3,3%
Ribeirão do Cupido	Mata Atlântica	10	1,6%
Baixa do Tauá	Mata Atlântica	10	1,6%
Riachão da Bica	Mata Atlântica	10	1,6%
Caco de Cuia	Mata Atlântica	10	1,6%
Gentil	Caatinga	10	1,6%
Lagoa de São João	Caatinga	10	1,6%
Tabuleiro Grande de Corta Mão	Mata Atlântica	10	1,6%
Córrego	Mata Atlântica	15	2,5%
Água Branca	Mata Atlântica	15	2,5%
Palmeira	Mata Atlântica	15	2,5%
Baitinga	Mata Atlântica	15	2,5%
Cova da Nega	Caatinga	10	1,6%
Lagoa Queimada	Caatinga	5	0,8%
Serra da Conguta	Mata Atlântica	10	1,6%
Serra do Cavaco	Mata Atlântica	10	1,6%
São Roque	Caatinga	30	4,9%
Ribeirão de Itachama	Mata Atlântica	3	0,5%
Barreiros	Mata Atlântica	6	1,0%
Três Lagoas	Caatinga	12	2,0%
Riachão	Mata Atlântica	3	0,5%
Serra do Chico Félix	Mata Atlântica	6	1,0%
Lagedo Grande	Caatinga	2	0,3%
Mata das Covas	Caatinga	10	1,6%
Total (ativos e inativos)	-	607	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo; agente financeiro da unidade de Santo Antônio de Jesus, BNB (2015)

6 Resultados da pesquisa empírica dos beneficiários do Agroamigo em Amargosa

Os dados sobre a área dos estabelecimentos dos beneficiários do Agroamigo revelaram, em 65 observações, que a maior área informada foi de 66 ha e a menor área 0, 44 ha. A média de

área foi 6,61 ha, mas a moda, estatisticamente estimada, não foi além de 2,17 ha, o que mostra ser a população de beneficiários do Agroamigo constituída de minifúndios, face ao módulo fiscal para o Município de 35 ha. No que se refere à condição de posse, a Tabela 4 revela que a expressiva maioria dos entrevistados é formada por proprietários, o que significa maior estabilidade na atividade e maior facilidade na contratação dos financiamentos.

Tabela 4 - Condição de posse dos agricultores beneficiados pelo Agroamigo em Amargosa, BA, 2015

Condição de Posse	Quantidade	%
Proprietário	42	65%
Posseiro	16	25%
Arrendatário	1	2%
Comanditários	6	9%
Total	65	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Quanto à atividade principal no estabelecimento, Tabela 5, observa-se que a agropecuária é expressivamente majoritária, o que não significa se tratar de sistemas agropastoris, mas sim de bovinocultura extensiva, avicultura e lavouras que podem ou não ser utilizadas para alimentação ani-

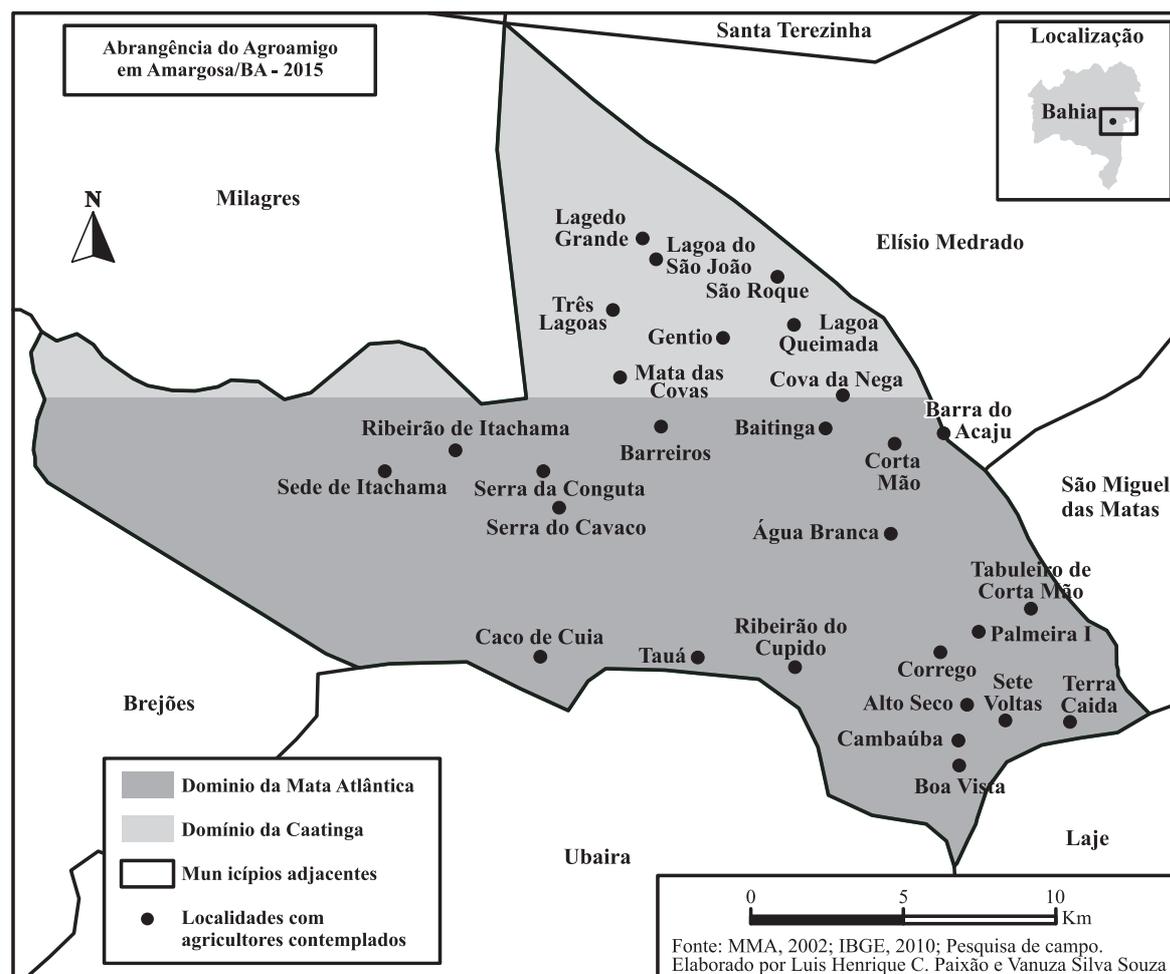
mal, como mandioca e cana, em áreas separadas. A lavoura da mandioca é mais comum quando o estabelecimento está localizado na caatinga e a fruticultura, a cacauicultura e a sucrocultura são mais frequentes quando a localização se dá em áreas com menor déficit hídrico.

Tabela 5 – Principais atividades do estabelecimento dos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015

Atividade Desenvolvida	Quantidade	%
Agricultura	12	18%
Pecuária	1	2%
Agropecuária	52	80%
Total	65	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Figura 4 – Distribuição das localidades pesquisadas por bioma



Fonte: Souza (2014).

A evolução nominal da concessão do crédito ao grupo de entrevistados no município de Amargosa e nas localidades indicadas, após oscilações entre 2004 e 2010, tem uma inflexão expressiva a partir de 2011 (Tabela 6). Os números mostram claramente como esta modalidade de financiamento se tornou significativa para os produtores rurais que dela se beneficiaram e evidenciam que a atividade pecuária foi contemplada com maior volume de crédito, maior mesmo que a soma das demais.

Na Figura 5 se tem uma ideia visualizada da ampliação desta modalidade de crédito, de modo sustentado a partir de 2011.

A interpretação que se tem deste desempenho é que o Agroamigo vem progressivamente obtendo credibilidade e legitimidade junto ao seu público, o que pode ser visto na Tabela 7, que merece atenção especial porque revela que a maioria dos mutuários, 56%, não refinanciou seu contrato, podendo, obviamente, contratar uma segunda operação após a liquidação da primeira. Evidencia ainda que as operações inadimplentes foram de apenas 3%, uma incapacidade de saldar dívidas pouco expressiva no Município. Estes dados sugerem que o Agroamigo é um programa de elevada significação social e que vem contribuindo para a reprodução social desse tipo de agricultor e fixando o mesmo no território, o que se pode considerar extremamente positivo diante dos dados de empobrecimento e esvaziamento demográfico do meio rural, segundo Gasques et al (2012).

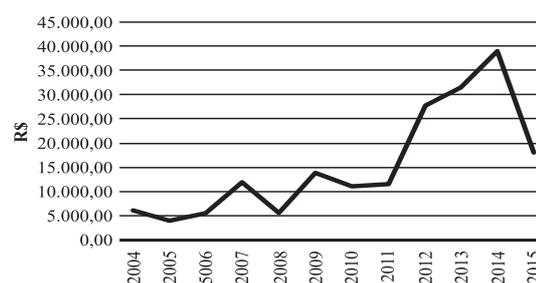
Tabela 6 – Evolução do crédito recebido por atividades nos estabelecimentos dos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015* (em reais, R\$, correntes)

Ano	Soma Anual	Agricultura	Pecuária	Avicultura	Agropecuária
2004	6.100,00	3.000,00	3.100,00	-	-
2005	4.000,00	-	4.000,00	-	-
2006	5.500,00	2.000,00	2.500,00	1.000,00	-
2007	12.000,00	1.500,00	7.500,00	3.000,00	-
2008	5.600,00	4.100,00	1.500,00	-	-
2009	13.800,00	-	10.500,00	3.300,00	-
2010	11.000,00	-	9.500,00	1.500,00	-
2011	11.500,00	-	3.500,00	8.000,00	-
2012	27.500,00	5.000,00	15.000,00	5.000,00	2.500,00
2013	31.400,00	-	20.900,00	10.500,00	-
2014	38.932,31	7.000,00	18.240,00	6.692,31	7.000,00
2015*	18.015,00	-	18.015,00	-	-
TOTAL	185.347,31	22.600,00	114.255,00	38.992,31	9.500,00

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

(*) Corresponde a um trimestre.

Figura 5 - Evolução da concessão do crédito agrícola (*) entre os mutuários de Amargosa



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

(*) O valor de 2015 corresponde a um trimestre.

Tabela 7 – Liquidez e contratualidade bancária dos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015

Condição	Sim	%	Não	%
Refinanciamento	29	44	36	56
Inadimplente	2	3	63	97
Negociou inadimplência	2	3	63	97

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Em que pese o aparente resultado de equilíbrio financeiro sugerido pela Tabela 7, é possível supor que o mesmo não se deva, ou não seja explicado pela orientação recebida em termos de assistência técnica e extensão rural, podendo estar relacionada à concentração do financiamento para agricultores localizados nas áreas edafoclimaticamente mais

favoráveis do Município. Isto porque a Tabela 8 informa a precariedade da orientação ao crédito. Cerca de 70% dos entrevistados informam não ter recebido qualquer orientação durante o ciclo produtivo. Os informantes que disseram haver recebido orientação, apontaram que a mesma se deu em decorrência de uma parceria.

Tabela 8 – Orientação de crédito aos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015

Tipo de Orientação	Sim	%	Não	%	Não Sabe	%
Antes	48	73	17	27	-	
Durante	20	30	45	70	-	
Com parceria	40	60	2	3	23	37

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

As parcerias indicadas na Tabela 8 totalizaram 40, sendo 32 com o sindicato, três com a prefeitura e cinco com a Secretaria de Agricultura do Governo Estadual.

No que tange à propensão a participar corporativamente e a cooperar, a Tabela 9 informa que elas se dão predominantemente na esfera sindical, sindicatos de trabalhadores rurais que incorporam assalariados e pequenos produtores. É baixa a participação em cooperativas, 17%, o que, em se elevando, pode se constituir em um canal de melhoria do *standard* de vida. Do mesmo modo, a população entrevistada não demonstra impulso de participação em conselhos.

Tabela 9 – Participação dos agricultores mutuários do Agroamigo em entidades, Amargosa-BA – 2015*

Entidade	Sim	%	Não	%
Sindicato	64	98	1	2
Sindicato e cooperativa	11	17	54	83
Associação/ASCOBA	2	3	63	97
Participa em alguma entidade	64	98	1	2

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

(*) Pode se dar participação múltipla.

A participação em conselhos é muito baixa, apenas 3, em torno de 5% dos entrevistados, participam de conselhos, sendo um no Conselho de Mulher, um no Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural e um no Conselho da Saúde. A participação em conselhos seria outra manifestação de cidadania que, a exemplo da participação em cooperativas, pode se constituir em um canal de melhoria do padrão vida. Embora extrapole os objetivos deste artigo, pode-se problematizar essa baixa participação em conselhos, visto que o município Amargosa sedia o Colegiado Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que não aparece nas falas dos agricultores nem do agente financeiro.

A Tabela 10 informa o tempo de permanência dos entrevistados no território. Cerca de 43% dos entrevistados residem na localidade por um período de 20 a 50 anos. Este é um dado importante a ser levado em consideração quando das negociações dos financiamentos, visto se tratar de um grupo populacional com fixação expressiva no território e, dadas as relações de sociabilidade primária típicas do mundo rural, com facilidade de operacionalização por parte do agente financeiro.

Quando indagados sobre como se dera o conhecimento do Agroamigo e o acesso ao crédito, a maioria, cerca de 70%, informou que outras instituições, possivelmente integrantes da ampla rede que atua no mundo rural, forneceram elementos que possibilitaram a iniciativa de demandar financiamento (Tabela 11). Em segundo lugar como difusor do crédito, se tem a interação com a vizinhança. Curiosamente a propaganda oficial do Agroamigo não teve nenhuma relevância, o que denota a força da construção sócio-histórica do *habitus*, ao tornar os agricultores beneficiários socialmente dispostos a decisões calcadas na confiança e em valores que induzem suas escolhas.

À pergunta sobre como avaliariam o Agroamigo obteve-se as seguintes respostas dos 65 entrevistados: 57 responderam que avaliavam bem, cerca de 87%, um entrevistado respondeu que avaliava mal, 1,5%, e sete disseram não ter opinião, 11,5%. Em que pese a força estatística do dado, cabe salientar que essas afirmações, conforme os próprios entrevistados, não estão fundamentadas em um sistema, mesmo que rudimentar, de avaliação econômica do investimento, o que corrobora as afirmações de carência de orientação durante o uso do financiamento.

Tabela 10 – Inserção no território pelos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015

Permanência na Localidade	Respostas dos Entrevistados	%
1 a 10 Anos	7	11%
11 a 20 Anos	12	18%
21 a 30 Anos	10	15%
31 a 40 Anos	6	9%
41 a 50 Anos	12	18%
51 a 60 Anos	11	17%
61 a 70 Anos	3	5%
71 a 80 Anos	1	2%
Não Respondeu	3	5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Tabela 11 – Como se deu o acesso ao crédito pelos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015

Modalidade de Acesso	Respostas	%
Propaganda	3	5
Agente rural do INEC	2	3
Indicação-amigo/vizinho	15	23
Divulgação de outras instituições	45	69

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

6 Considerações finais

Os resultados da pesquisa empírica demonstram que o Agroamigo é bem avaliado como política pública, porque tem contribuído para a reprodução social e para a fixação no território dos beneficiários. Ademais, sua aplicação não tem criado inadimplência entre os produtores familiares de Amargosa, em que pese os mesmos terem limitadas possibilidades de incrementar a produção por serem, predominantemente, minifundiários. Os volumes de financiamento contratados pelos mutuários têm sido compatíveis com sua condição de pagamento.

De outro lado, não obstante as concessões de crédito tenham se dado predominantemente em localidades situadas em ecossistemas de mata atlântica, sem problemas de *déficits* hídricos, os mutuários inseridos na caatinga têm se beneficiado regularmente do Programa. Em um quadro de concentração produtiva, redução na participação da renda rural por parte da agricultura familiar e es-

vaziamento demográfico, é legítimo supor que o Agroamigo tem se constituído, a julgar por Amargosa, em uma barreira a estas tendências.

Admitindo-se a continuidade deste desempenho financeiro por parte dos mutuários do Agroamigo, é possível supor potencialização dos efeitos de territorialização, com desenvolvimento rural, capitalização do agricultor familiar e melhoria do seu *standard* de vida. Para isso seriam desejáveis mudanças na carteira de crédito, contemplando o crédito fundiário, o crédito de custeio desvinculado dos investimentos, o financiamento de atividades rurais não agrícolas e o financiamento de unidades de beneficiamento e processamento agroindustrial, em pequena e média escalas. Desejável seria também estabelecer uma vinculação funcional do financiamento com a assistência técnica, promovendo a adoção de inovações gerenciais e tecnológicas tanto na produção vegetal e animal quanto nos processamentos agroindustriais, que decorressem de unidades com escala para atender grupos de produtores e que, preferentemente, fossem geridas coletivamente.

Referências

- BAIARDI, A. The cocoa producers “habitus” in Bahia and its change with the late crisis. In: World Economic History Congress, XVTH 2009, Utrecht. **Congress Annals**. Utrecht: International Economic History Association, 2009. v. 2. p.183-200.
- BAIARDI, A., LIMA, G., SILVA, E. M., SANTOS, G. O. A Percepção dos sindicalizados rurais do Baixo Paraguaçu-BA sobre os benefícios das políticas públicas implementadas por meio de suas representações sindicais. In: ENCONTRO REGIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL-SOBER Nordeste -, 6, 2011, Petrolina. **Anais eletrônicos ...** Petrolina: SOBER, FACAPE, 2011. v. 1. p. 178-193.
- BAIARDI, A.; LIMA, G. S. Especialização produtiva como estratégia de sobrevivência da agricultura familiar no semiárido da Bahia. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 13, 2013, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. v. 1, p. 351-367.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Anuário estatístico do crédito rural 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/RELRURAL2012>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, ano 13, n. 4, p. 10-17, Out/Nov/Dez. 2004. Disponível em: <http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol_Agr_4_Artigo_02.pdf>. Acesso em 12 abr. 2015.

BESKOW, P. R. O crédito rural público numa economia em transformação: criação e início do funcionamento das atividades de financiamento agropecuário da carteira de crédito agrícola e industrial (CREAI), do Banco Do Brasil (BB) - 1937 a 1945. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Juiz de Fora: Departamento de História e Arquivo Histórico da UFJF, v. 9, n. 1, p. 126-160, jan/jul, 2007. Disponível em: <<http://www.rehb.ufjf.br>>. Acesso em: 01 maio 2015.

BOURDIEU, P. **Las estructuras sociales de la economía**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.
DANBOM, D. B. **Born in the Country: A history of rural America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.

CAHALITA, Q. M. N. produção do *habitus* empresarial na citricultura paulista. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 41-61, jan./jun. 2008.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DURKHEIM, E. **De la división del trabajo social**. Buenos Aires: Schapire, 1967.

GASQUES, J. G. et al. Productivity and structural transformation in Brazilian agriculture: analysis of agricultural census data. In: MARTHA, J. G. B.; FERREIRA FILHO J. B. S. (eds.). **Brazilian agriculture development and changes**. Brasília: EMBRAPA, 2012. p. 43-72.

GUIMARÃES, C. G. O banco commercial e agrícola no Império do Brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862). **SÆculum - Revista de História**, João Pessoa, v. 29, p. 231-257, jul./dez. 2013.

IBGE - Séries Históricas e Estatísticas. IBGE, 2015. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

LINS, R. O. **A região de Amargosa: transformações e dinâmica atual (recuperando uma contribuição de Milton Santos)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia).

LOPES, F. Bancos privados e o crédito agrícola. **Revista Valor**, 16/05/2011. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/.../bancos-privados-e-o-credito-agricola>>. Acesso em: 12 maio 2015.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo, do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

MOREIRA, R. J. Uma visão do papel d agricultura familiar no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 57-88, dez. 2009.

OLIVEIRA, M.F.G. **Gestão de empreendimentos econômicos solidários: o caso da Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira-COOFE**, Bahia. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

PINHEIRO, T. L.; GUIMARÃES, E.S.; MOTTA, M. M. M. A carteira hipotecária do Banco do Brasil: os conflitos em torno do crédito agrícola no II Reinado. In: GUIMARÃES, E. S. (org.); MOTTA, M. M. M. (Org.). **Campos em disputa: história agrária e companhia**. São Paulo: Annablume, p. 41-62, 2007.

PINHO, D.B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1966.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE PORTUGAL. Disponível em: <<https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio/historico/Noticias/Estudos/Pages/Evolucao-Credito-Agricola-Portugal.aspx>>. Acesso em: 01 maio 2015.

PICCIN, M. B; MOREIRA, R. J. Habitus e agricultores-assentados: um estudo de caso no assentamento Ceres, RS. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 379-421. 2013.

POPE J. E. Agricultural Credit in the United States. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 28, no. 4, p. 701-746, aug. 1914. Published by: Oxford University Press Stable. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/1885651>>. Acesso em: 01 maio 2015.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, S. V. **Agricultura familiar e as políticas públicas: o desenvolvimento rural de Amargosa/Ba**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2014 Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).